

Índice

Notas Explicativas	1
--------------------	---

**Notas Explicativas****RENAUXVIEW****TÊXTIL RENAUXVIEW S/A****CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80****NIRE: 4230000949-1****Companhia Aberta****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.**

Valores expressos em milhares de reais.

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas ações são negociadas na Bovespa sob os códigos TXRX3 e TXRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Rua do Centenário nº 215.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****a) Declaração de conformidade em relação às normas IFRS e às normas do CPC**

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- i) As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- ii) As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Financeiros - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 04 de março de 2013.

**Notas Explicativas****b) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**c) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas financeiras adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 18 – Provisão para contingências

Nota 28 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

**3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

**a) Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e sua controlada Renauxview Ltda., onde o investimento corresponde a 66,67% (99,98% - 2011).

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da empresa controlada;

**Notas Explicativas**

- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

**b) Moeda estrangeira**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

**c) Instrumentos financeiros****i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

**Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento ini-

**Notas Explicativas**

cial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

**ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa nº 8.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**d) Caixa e equivalentes de caixa:**

**i) Caixa e bancos conta movimento:** incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;

**ii) Aplicações financeiras:** estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa.

**e) Contas a receber de clientes:** são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente e de adiantamentos.

**f) Estoques:** estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos gerais de fabricação.

**g) Imobilizado****i) Reconhecimento e mensuração**

**Notas Explicativas**

R E N A U X V I E W

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de ganhos de capital no resultado.

**ii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

**iii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**h) Ativo intangível****i) Reconhecimento e mensuração**

A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

**ii) Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**iii) Gastos subsequentes**

**Notas Explicativas****RENAUXVIEW**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)****i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

**ii) Ativos não financeiros**

Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

**Notas Explicativas****j) Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

**k) Receita operacional - Venda de produtos**

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

**l) Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado.

**m) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.



**Notas Explicativas****4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Caixa	36	22	36	22
Bancos conta movimento	22	75	193	147
Aplicações financeiras	-	444	-	653
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>541</b>	<b>229</b>	<b>822</b>

Os valores classificados em aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa, que tem como *benchmark* superar o CDI.

**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Clientes	19.630	31.359	19.630	31.377
(-) Adiantamento de clientes	-	(175)	-	(175)
(-) Provisão para devedores duvidosos	(9.364)	(8.453)	(9.364)	(8.453)
(-) Ajuste a valor presente	(83)	(280)	(83)	(280)
<b>TOTAL</b>	<b>10.183</b>	<b>22.451</b>	<b>10.183</b>	<b>22.469</b>

**6. ESTOQUES**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Produtos acabados	13.471	14.946	13.471	14.946
Produtos em elaboração	7.526	8.379	7.526	8.379
Materiais diretos	7.813	14.940	7.813	14.940
Materiais de consumo	2.288	2.618	2.288	2.618
Importação em andamento	1.673	2.674	1.673	2.674
<b>TOTAL</b>	<b>32.771</b>	<b>43.557</b>	<b>32.771</b>	<b>43.557</b>

A administração da Companhia não tem expectativa de perdas sobre os saldos finais de estoques. Eventuais perdas já foram reconhecidas no resultado do exercício.

**Notas Explicativas****7. IMPOSTOS A RECUPERAR****a) Circulante**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
IPI	38	67	38	67
ICMS	1.409	1.129	1.441	1.162
PIS/COFINS	966	1.123	967	1.124
IRRF	11	12	11	12
IRPJ/CSLL	-	1.553	70	1.624
<b>TOTAL</b>	<b>2.424</b>	<b>3.884</b>	<b>2.527</b>	<b>3.989</b>

**b) Não circulante**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
COFINS (multa parcelamento)	717	698
PIS/COFINS	1.692	1.575
ICMS	860	1.239
<b>TOTAL</b>	<b>3.269</b>	<b>3.512</b>

**8. DEPÓSITOS JUDICIAIS****a) Ativo não circulante**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
FGTS	369	369
CELESC	363	363
Marinha Mercante	201	-
Vladimir Walendowski	112	112
Processos trabalhistas	43	681
Outros	7	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.095</b>	<b>1.525</b>

**b) Passivo não circulante**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
FGTS	369	369
CELESC	363	363
Marinha Mercante	201	-
Processos trabalhistas	43	680
<b>TOTAL</b>	<b>976</b>	<b>1.412</b>

**Notas Explicativas****9. IMPOSTOS DIFERIDOS**

A Companhia mantém créditos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL constituídos sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, respectivamente, os quais foram constituídos e apurados de conformidade com o Pronunciamento do IBRACON, aprovado pela Deliberação nº 273 de 27 de agosto de 1998, e Instrução nº 371 de 27 de junho de 2002 da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Contribuição Social – CSLL	800	7.194
Imposto de Renda – IRPJ	2.222	19.984
<b>TOTAL</b>	<b>3.022</b>	<b>27.178</b>

O crédito reconhecido no ativo da controladora é de montante idêntico do imposto de renda e contribuição social que se encontra provisionado no passivo não circulante.

**10. ATIVOS NÃO DE USO PRÓPRIO – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

Ao final do ano de 2011 a Companhia decidiu reduzir as atividades do setor de fiação, para que a produção de fios atendesse somente o consumo próprio. Como consequência desta decisão foram transferidos do ativo imobilizado para o realizável a longo prazo o montante de R\$ 8.076 mil referente a máquinas e equipamentos do setor de fiação. Durante o ano de 2012 a administração decidiu atender à demanda do mercado por industrialização por encomenda de fios de algodão, e reativou parte das máquinas que estavam paradas. Estas máquinas foram transferidas novamente para o imobilizado. As que ainda permaneciam fora de operação, em 31 de dezembro de 2012, perfaziam o montante de R\$ 5.278 mil (2011 – R\$ 8.076 mil), e ainda aguardam decisão de Administração sobre sua destinação.

**11. EMPRESA CONTROLADA****a) Participação em controlada**

	Quantidade de quotas possuídas		Porcentagem de Participação		No Patrimônio Líquido		Participação no Resultado	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Renauxview Ltda.	99.998	226.999	66,67	99,98	143	4	66	(25)

Além da equivalência patrimonial (participação no resultado) do exercício no valor de R\$ 66 mil, foi reconhecido ainda, em conta específica, prejuízo no resultado do exercício de 2012, no montante de R\$ 22 mil, referente a perda na diluição de participação em controlada.

**b) Saldos e transações com controlada**

As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

**Notas Explicativas****RENAUXVIEW**

	<b>Direitos</b>		<b>Obrigações</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Renauxview Ltda.	861	1.130	-	18

	<b>Receitas</b>		<b>Despesas</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Renauxview Ltda.	-	-	240	240

As transações com a Renauxview Ltda. referem-se a prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade.

**12. IMOBILIZADO**

A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

Conforme divulgado em ata de AGE de 29 de outubro de 2012 e fato relevante de 03 de dezembro de 2012, a administração foi autorizada a integralizar na sua controlada Renauxview Ltda., acervo líquido composto por bem imóvel no valor Contábil de R\$ 82.485 mil e dívidas em valores correspondentes ao valor do imóvel. Esta operação gerou um ganho de capital de R\$ 23.501 mil. A operação pode ser percebidas nas contas terrenos e construções nos quadros abaixo.

	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>2012</b>		<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Terrenos	3.025	-	3.025	54.027	56.076	56.077
Construções	2.004	(200)	1.804	33.821	33.442	33.821
Máquinas de grande porte	72.549	(40.101)	32.448	27.964	32.448	27.964
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	9.743	(4.795)	4.948	4.686	4.948	4.687
Veículos	868	(380)	488	748	488	748
Outras imobilizações	925	(622)	303	367	303	367
Imobilizado em andamento	7.231	-	7.231	4.346	7.231	4.346
Adiantamentos a fornecedores	763	-	763	6.736	763	6.736
<b>TOTAL</b>	<b>97.107</b>	<b>(46.097)</b>	<b>51.010</b>	<b>132.695</b>	<b>135.699</b>	<b>134.746</b>

Os valores classificados em imobilizado em andamento, refere-se basicamente a máquinas de grande porte que estão sendo importadas em módulos (partes), sendo que a Companhia somente irá transferir para a conta própria, quando o último módulo estiver na Companhia e toda a máquina estiver pronta para operar. A Administração da Companhia espera que isto ocorra ainda no 1º semestre de 2013, se não houverem atrasos aduaneiros.

**Notas Explicativas****12.1. Movimentação do Custo Corrigido - Controladora**

	2011	Adições	Baixas	Transferências	2012
Terrenos	54.027	-	(51.003)	-	3.025
Construções	52.668	76	(50.776)	35	2.004
Máquinas de grande porte	62.076	6.073	(511)	4.911	72.549
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	9.812	403	(659)	187	9.743
Veículos	868	-	-	-	868
Outras imobilizações	986	35	(96)	-	925
Imobilizado em andamento	4.345	1.697	(709)	1.898	7.231
Adiantamentos a fornecedores	6.735	1.116	(56)	(7.032)	763
<b>TOTAL</b>	<b>191.519</b>	<b>9.399</b>	<b>(103.810)</b>	<b>-</b>	<b>97.107</b>

**12.2. Movimentação da Depreciação Acumulada**

	2011	Adições	Baixas	Transferências	2012
Construções	(18.848)	(674)	19.322	-	(200)
Máquinas de grande porte	(34.112)	(6.497)	550	(42)	(40.101)
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	(5.126)	(478)	572	237	(4.795)
Veículos	(121)	(65)	-	(194)	(380)
Outras imobilizações	(618)	(88)	84	-	(622)
<b>TOTAL</b>	<b>(58.824)</b>	<b>(7.802)</b>	<b>20.528</b>	<b>-</b>	<b>(46.097)</b>

Nas adições do custo corrigido e da depreciação acumulada, estão contemplados os valores que foram realocados da conta “Ativos não de uso próprio” para a conta “Máquinas de grande porte”, no valor líquido de R\$ 2.798 mil.

**13. INTANGÍVEL**

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011		2012	2011	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Direitos de uso	945	(672)	273	285	273	285
<b>TOTAL</b>	<b>945</b>	<b>(672)</b>	<b>273</b>	<b>285</b>	<b>273</b>	<b>285</b>

**13.1. Movimentação do Custo Corrigido – Controladora**

	2011	Adições	Baixas	Transferências	2012
Direitos de uso	901	44	-	-	945
<b>TOTAL</b>	<b>901</b>	<b>44</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>945</b>

**13.2. Movimentação da Amortização Acumulada – Controladora**

	2011	Adições	Baixas	Transferências	2012
Direitos de uso	(618)	(54)	-	-	(672)
<b>TOTAL</b>	<b>(618)</b>	<b>(54)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(672)</b>

## Notas Explicativas

**14. FORNECEDORES**

	Consolidado	
	2012	2011
Fornecedores nacionais	5.013	10.726
Fornecedores internacionais	1	6.004
<b>TOTAL</b>	<b>5.014</b>	<b>16.730</b>

**15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2012	2011	2012	2011
<b>Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina</b>	<b>12.945</b>	<b>12.192</b>	-	-
Financiamento, atualizado segundo TJLP, com juros de 10,5% aa, amortização mensal do principal e juros, vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.	12.945	12.192	-	-
<b>Saldo negativo em contas correntes bancárias</b>	<b>83</b>	<b>72</b>	-	-
<b>BMF - Belgo Mineira Fomento Mercantil</b>	-	<b>2.340</b>	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 2,95% a.m.	-	2.340	-	-
<b>Banco Daycoval</b>	<b>3.506</b>	<b>5.335</b>	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros de CDI + 0,70%am, com vencimento em 11/08/2014	1.723	4.000	-	-
Financiamento de máquinas, vncf. final 12/12/2013, 11% ao ano	1.783	-	-	-
EGF juros de 6,75% aa com vencimento final em 26/07/2012	-	1.335	-	-
<b>Banco Sofisa</b>	<b>3.119</b>	<b>12.156</b>	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros de CDI + 0,80%am, com vencimento em 06/03/2013	2.000	4.999	-	-
Financiamento de máquinas, vct final 09/10/2013, 13,8% ao ano	1.119	-	-	-
Financiamento para aquisição de algodão, com juros médios de 6,75% a.a., com vencimento em 20/07/2012	-	7.157	-	-
<b>Banco BIC</b>	<b>1.875</b>	<b>2.014</b>	-	-
Financiamento de capital de giro, com juros médios mensais de 0,7% mais CDI, vencimento final 13/02/2013	1.875	2.014	-	-
<b>Banco Safra EGF</b>	<b>5.490</b>	<b>4.008</b>	-	-
CCE - juros médio s de 1,47%a.m. com vencimento final em 06/05/2013	5.490	4.008	-	-
<b>PML Petersen Matex</b>	<b>618</b>	-	<b>962</b>	-
Financiamento de máquinas, 7% a.a., vct. Final 15/02/2016	618	-	962	-
<b>Benex Beneficiamento Têxtil Ltda</b>	-	<b>15.073</b>	-	-
Crédito cedido por Master Fomento Mercantil, capital de giro com juros médios mensais de 3%, sem vencimento final	-	15.073	-	-
<b>Welowo C.V. *</b>	<b>96.171</b>	-	-	-
Crédito cedido, com diversas taxas de juros pactuadas, sem vencimento final	96.171	-	-	-
<b>Faccionista</b>	<b>230</b>	-	-	-
Empréstimo de algodão sem vencimento final	230	-	-	-
<b>Picanol</b>	<b>471</b>	<b>793</b>	<b>457</b>	<b>825</b>
Financiamento de máquinas, com juros médios de 9%a.a., vecimento final em 12/10/2014	471	793	457	825
<b>TOTAL</b>	<b>124.508</b>	<b>53.983</b>	<b>1.419</b>	<b>825</b>

\* Com relação a este empréstimo, está classificado na controladora o montante de R\$ 13.581 mil e na controlada o montante de R\$ 82.590 mil.

## Legendas:

BADESC – Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

CDI – Certificado Depósito Interbancário

## Notas Explicativas

**16. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Salários	884	1.099	886	1.100
Provisão para férias	1.883	2.188	1.884	2.192
INSS (não parcelado ou notificado)	26.302	20.170	26.302	20.171
FGTS	200	212	200	212
FGTS parcelamento	-	90	-	90
Salário educação - FNDE	2.759	1.996	2.759	1.996
SESI	1.655	1.197	1.655	1.197
SEBRAE	663	479	663	479
SENAI	1.352	983	1.352	983
Parcelamento - Lei 11.941/09	1.123	1.048	1.123	1.048
Outros	11	24	11	25
<b>TOTAL</b>	<b>36.832</b>	<b>29.486</b>	<b>36.835</b>	<b>29.493</b>

**17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - CIRCULANTE**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
ICMS	167	261	167	261
ICMS parcelamento	1.368	2.245	1.368	2.245
ICMS importações de máquinas	242	550	242	550
ICMS - PRODEC	23.831	21.462	23.831	21.462
IRRF	183	196	184	197
Impostos municipais	3.254	2.410	3.254	2.410
ISS retido	6	10	6	10
PIS/COFINS	-	-	-	1
PIS/COFINS/CSLL retidos	14	4	15	5
ICMS importações	4.683	4.450	4.683	4.450
Parcelamento - Lei 11.941/09	2.413	2.254	2.488	2.325
<b>TOTAL</b>	<b>36.161</b>	<b>33.842</b>	<b>36.238</b>	<b>33.916</b>

**17.1. PRODEC**

O valor de PRODEC reconhecido pela empresa em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 23.831 mil (2011 – R\$ 21.462 mil). Respalhada por decisão judicial que proíbe o Estado de Santa Catarina de aplicar qualquer penalidade pelo não cumprimento dos pagamentos do PRODEC, a Companhia deixou de provisionar R\$ 19.537 mil (2011 – R\$ 15.896 mil), referente aos encargos de multa e juros (diferença de taxas) pelo atraso destes pagamentos.

**Notas Explicativas****18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da empresa, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e suas custas.

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2012	2011	2012	2011
Trabalhistas	-	-	-	49
Tributárias	45.517	23.277	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>45.517</b>	<b>23.277</b>	<b>-</b>	<b>49</b>

**18.1. PERDA POSSÍVEL**

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões financeiras, pois, estas não se constituem em perdas prováveis da Têxtil Renauxview, e estão assim distribuídas (controladora e consolidado):

	<b>R\$ (em milhares)</b>
Tributárias	19.618
Trabalhistas	426
Cíveis	534
	<b>20.578</b>

**19. DEBÊNTURES**

Em 30 de setembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 40.000 mil.

Em 30 de novembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a oferta das debêntures em nada seria afetada caso estas não fossem subscritas e integralizadas na sua totalidade. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição.

Em 15 de dezembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a manutenção da oferta estaria condicionada à subscrição e integralização, dentro do período legal de distribuição, de no mínimo 12.000 (doze mil) debêntures, equivalentes ao montante de R\$ 12.000 mil, considerado o valor nominal unitário na data da emissão. Caso não houvesse a subscrição e



**Notas Explicativas**

integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 28 de dezembro de 2004 a Comissão de Valores Imobiliários – CVM concedeu o registro da operação.

As características das debêntures são:

**Valor nominal unitário:** R\$ 1.000,00;

**Vencimento final:** 1º de setembro de 2010;

**Atualização do valor nominal:** base no IGP-M;

**Pagamento do valor nominal:** ocorrerá em cinco parcelas anuais conforme segue:

**Parcela 1** - 1º de setembro de 2006 20% em relação ao total da emissão.

**Parcela 2** - 1º de setembro de 2007 20% em relação ao total da emissão.

**Parcela 3** - 1º de setembro de 2008 20% em relação ao total da emissão.

**Parcela 4** - 1º de setembro de 2009 20% em relação ao total da emissão.

**Parcela 5** - 1º de setembro de 2010 20% em relação ao total da emissão.

**Pagamento da remuneração :** semestralmente, a partir de 1º de março de 2005

**Remuneração:** 0,8355 % ao mês

Foram negociadas 8.303 debêntures, as quais estão registradas nesta data pelo montante de R\$ 17.805 mil (2011 – R\$ 17.682 mil). A remuneração das debêntures foi paga até o mês de junho de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas. Sobre este assunto, verificar nota explicativa nº 30 – Plano de Recuperação Extrajudicial – PRE.

## **20. OBRIGAÇÕES COM PESSOAS LIGADAS**

Estão registrados no balanço, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais, obrigações com pessoas ligadas:

## Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	Não Circulante	
	2012	2011
<b>Pessoas Físicas</b>	<b>3.494</b>	<b>3.166</b>
<b>D&amp;D Administradora de Bens Ltda - Bradesco</b>	-	<b>5.008</b>
Crédito cedido por Bradesco S/A - Financiamento atualizado em CDI, mais juros de 5% aa, amortização mensal do principal e juros, vencendo-se a última parcela em 30/03/2009. Garantia notas promissórias, aval, e alienação fiduciária de máquinas.	-	5.008
<b>D&amp;D Administradora de Bens Ltda - Ônix</b>	-	<b>6.549</b>
Crédito cedido por Ônix Companhia Securitizadora de créditos (adquirido anteriormente do Banco Sudameris S/A) - Financiamento atualizado pela variação do CDI, mais juros de 4% aa, amortização mensal do principal e juros, vencendo-se a última em 31/08/2008. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e alienação de máquinas.	-	6.549
<b>D&amp;D Administradora de Bens Ltda - Banco do Brasil</b>	-	<b>4.115</b>
Crédito cedido por Banco do Brasil S/A - Financiamento atualizado em 140% do CDI, amortização mensal do principal e juros, vencido a última em 10/05/2006. Garantia: aval e penhor mercantil.	-	4.115
<b>D&amp;D Administradora de Bens Ltda - Bco Coml Uruguai</b>	-	<b>1.250</b>
Crédito cedido por Banco Comercial do Uruguai - Financiamento pela variação do dólar Americano, mais juros de 12,5% aa, amortização mensal do principal e juros, vencendo-se a última em 30/05/2008. Garantia aval e hipoteca de imóvel.	-	1.250
<b>D&amp;D Administradora de Bens Ltda - Nuevo Bco Coml Uruguai</b>	<b>14.544</b>	<b>11.409</b>
Crédito cedido por Nuevo Banco Comercial Uruguai - Financiamento atualizado em CDI, mais juros de 7% aa, amortização mensal do principal e juros, vencido a última em 30/11/2007. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel.	14.544	11.409
<b>D&amp;D Administradora de Bens Ltda - HSBC Bank</b>	-	<b>2.717</b>
Crédito cedido por HSBC Bank S/A - Financiamento atualizado em CDI, mais 1% juros am., amortização mensal do principal e juros vencido a última em 15/05/2006. Garantia aval e alienação fiduciária de máquinas.	-	926
Crédito cedido por HSBC Bank S/A - Financiamento de Operação Rural (EGF), com juros de 8,75% aa. Vencido em 03/03/2006. Garantia aval da diretoria, penhor cédular de primeiro grau.	-	1.791
<b>D&amp;D Administradora de Bens Ltda</b>	-	<b>39.334</b>
Créditos cedidos por Bradesco S/A, Tavares Fomento Mercantil S/A, Red Factor, Banco Intermedium, DGS Factoring - Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 3 a 3,65%a m., vencidos. Garantia de duplicatas e aval.	-	39.334
<b>TOTAL</b>	<b>18.038</b>	<b>73.548</b>

**21. PASSIVO A DESCOBERTO****21.a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social é de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), divididos em 42.592.810 (quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil, oitocentos e dez) ações, sendo 14.566.031 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e trinta e uma) ordinárias e 28.026.779 (vinte e oito milhões, vinte e seis mil, setecentos e setenta e nove) preferenciais, sem valor nominal.

**Notas Explicativas****21.b) Reserva de Incentivos fiscais**

Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período 2012. Os ganhos oriundos deste benefício tem destinação específica de utilização.

**22. RECEITA OPERACIONAL**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>				
Vendas de produtos mercado interno	100.764	189.183	100.764	189.423
Vendas de produtos mercado externo	269	1.218	269	1.218
Serviços mercado interno	1.011	198	1.251	198
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>102.044</b>	<b>190.599</b>	<b>102.284</b>	<b>190.839</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>				
Impostos faturados, descontos e devoluções	(27.113)	(48.634)	(27.142)	(48.663)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>74.931</b>	<b>141.965</b>	<b>75.142</b>	<b>142.176</b>

**23. CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO FINANCEIRO POR NATUREZA**

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

**a) Custos e despesas**

	<b>Controladora</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Pessoal (salários, benefícios e encargos)	31.286	36.217
Matérias primas e embalagens	24.396	42.082
Energia elétrica	7.126	11.901
Gastos gerais de fabricação	3.700	2.914
Depreciação e amortizações	7.858	4.080
Comissões representantes	3.535	4.355
Fretes	806	1.707
Serviços de terceiros	5.827	3.742
Outros custos e despesas	1.210	13.072
<b>Total</b>	<b>85.745</b>	<b>120.070</b>
Classificados como:		
Custo dos produtos/serviços	65.519	90.397
Com vendas	12.124	19.091
Gerais e administrativas	7.389	8.533
Outras despesas operacionais	713	2.049
	<b>85.745</b>	<b>120.070</b>

**Notas Explicativas****b) Resultado financeiro**

	<b>Controladora</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	23	251
Juros recebidos	145	238
Variação cambial ativa	942	836
Outras receitas	20	87
<b>Total da receita financeira</b>	<b>1.130</b>	<b>1.412</b>
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos	28.744	27.418
Encargos sobre tributos	11.475	7.013
Encargos sobre demais contas	7.286	4.378
Variação cambial passiva	1.281	1.291
Outras despesas financeiras	468	1.168
<b>Total da despesa financeira</b>	<b>49.254</b>	<b>41.268</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(48.124)</b>	<b>(39.856)</b>

**24. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO**

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. Em 2012 as despesas com os administradores totalizaram R\$ 1.537 mil (2011 – R\$ 1.556 mil).

**25. DESPESAS COM REESTRUTURAÇÃO**

Ocorreram despesas com serviços de terceiros, em função da reestruturação descrita na nota explicativa nº 29, em 2012 no montante de R\$ 162 mil (2011 – R\$ 217 mil).

**26. REVIGORAR IV – LEI Nº 15.856/2012**

Em 2011 o Governo do Estado de Santa Catarina sancionou lei que beneficiava com redução de multa e juros os contribuintes que optassem pela liquidação de débitos em atraso de ICMS. A Companhia utilizou do benefício da referida lei, para efetuar a liquidação de parte dos valores em atraso do ICMS. O benefício desta redução no exercício de 2012, resultou nos seguintes montantes, contabilizado no resultado do exercício de 2012: Juros – R\$ 445 mil e Multas – R\$ 512 mil, totalizando uma receita de R\$ 957 mil (2011 – R\$ 4.475 mil).

**27. RESULTADO POR AÇÃO**

O prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

**Notas Explicativas****RENAUXVIEW**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Prejuízo - acionistas preferenciais	(27.719)	(9.947)
Prejuízo - acionistas ordinários	(14.406)	(5.169)
<b>Total</b>	<b>(42.125)</b>	<b>(15.116)</b>
Quantidade de ações preferenciais emitidas - lote de mil	28.027	28.027
Quantidade de ações ordinárias emitidas - lote de mil	14.566	14.566
<b>Total</b>	<b>42.593</b>	<b>42.593</b>
Resultado básico e diluído por ação		
Ação preferencial - R\$	(0,989)	(0,355)
Ação ordinária - R\$	(0,989)	(0,355)

**28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS****i) Gerenciamento de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

**• Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para devedores duvidosos, para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito.

**• Exposição a riscos de créditos**

**Notas Explicativas**

RENAUXVIEW

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Caixa e equivalentes de caixa	229	822
Contas a receber de clientes	10.183	22.469
Outras contas a receber	3.519	5.617
<b>TOTAL</b>	<b>13.931</b>	<b>28.908</b>

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição da provisão para devedores duvidosos foi registrada na rubrica de despesas “Com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Provisão para devedores duvidosos” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

#### • Garantias

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

#### • Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Empréstimos e financiamentos	125.927	54.808

#### • Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria prima.

#### • Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

**Notas Explicativas**

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

• **Risco de taxa de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

• **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

**ii) Instrumentos financeiros – valor justo**

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	2012		2011	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	229	229	822	822
Contas a receber de clientes e outras	14.165	14.165	28.086	28.086
Empréstimos e financiamento	(125.927)	(125.927)	(54.808)	(54.808)
Fornecedores e outras contas a pagar	(5.211)	(5.211)	(17.102)	(17.102)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• **Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar** – Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados

**Notas Explicativas**

pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

• **Empréstimos e financiamentos** – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

**29. EQUACIONAMENTO FINANCEIRO**

Continuam as medidas tendentes a equacionar o passivo que a Companhia detém e que foram assumidos pela administração que tomou posse no dia 06 de janeiro de 2006. Parte extremamente relevante dos passivos estão em negociações para liquidação, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Os passivos tributários, que também são expressivos, estão, na sua maioria, parcelados, e os parcelamentos vem sendo cumpridos. O mesmo ocorre com dívidas com fornecimento de energia elétrica. Os passivos restantes estão todos em negociações, e espera concluir o próximo exercício com todos negociados.

**30. PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL - PRE**

No dia 05 de maio de 2010, a Companhia protocolou no Tribunal de Justiça Estadual, na Comarca de Brusque, pedido de homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), que abrange os credores quirografários Celesc Distribuição S/A e os debenturistas, representados por seu agente fiduciário Planner Corretora de Valores S/A. Todos os detalhes do PRE estão divulgados no site da CVM.

Em 24 de maio de 2010, através de AGE ficou ratificado por unanimidade dos acionistas presentes o Plano de Recuperação Extrajudicial.

Os possíveis efeitos, do Plano de Recuperação Extrajudicial, serão reconhecidos pela Companhia nas demonstrações financeiras, quando da homologação em juízo do plano. Em 14 de fevereiro de 2011, o juízo da Comarca de Brusque indeferiu a homologação do plano, sendo que a Companhia protocolou, tempestivamente, a apelação com relação ao indeferimento em 03 de março de 2011 no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O recurso desta apelação encontra-se ainda pendente de julgamento por parte do referido Tribunal.

**31. COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos,



**Notas Explicativas**

danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Brusque, 04 de março de 2013.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

**ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA**

Presidente

**HEITOR RODOLFO DE SOUZA**

Conselheiro

**DILNEI HEIZEN**

Conselheiro

**DIRETORIA:**

**ARMANDO C. HESS DE SOUZA**

Presidente

**MARCIO L. BERTOLDI**

Diretor de Relações com Investidores

**CONTADORA:**

**MARTA CASTELLI**

CRC SC 023517/O-3